

# GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO: O PAPEL DAS MULHERES NAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Elaine Di Diego Antunes<sup>1</sup>  
[eddantunes@ea.ufrgs.br](mailto:eddantunes@ea.ufrgs.br)

Vanessa Manfredini<sup>1</sup>  
[vanessamanfredini@yahoo.com.br](mailto:vanessamanfredini@yahoo.com.br)

Francielle Molon da Silva<sup>1</sup>  
[franmolon@yahoo.com.br](mailto:franmolon@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO-PPGA  
PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

## Resumo

O presente estudo aborda a questão das transformações que ocorreram no mundo do trabalho em função da globalização que, por assim dizer, contribuíram para o aumento da exclusão social, analisando, em especial, a questão do papel da mulher nesse novo contexto de trabalho. Como objetivo desse estudo, tem-se investigar a posição de exclusão social em que se encontra a mulher no mercado de trabalho bem como quais as dificuldades por ela enfrentadas. Através de um estudo exploratório foi possível ampliar a experiência em torno de problema em questão, utilizando-se de instrumentos como a pesquisa bibliográfica e documental através dos dados obtidos pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Através dos dados do IBGE infere-se que a população economicamente ativa e população ocupada apresentam mais homens que mulheres. Já a população desocupada e população não economicamente ativa é um contingente feminino que predomina. Observa-se ao final desse, que embora a globalização tenha proporcionado o livre acesso a informações e tecnologias, viabilizando mudanças econômicas, ela também incorpora ao seu processo questões de desigualdades sociais, incremento do desemprego e da flexibilização dos novos postos de trabalho, um meio de discriminação entre os povos. Ressaltando que no contexto atual, da reestruturação produtiva a sociedade moderna aceita a presença da mulher nas organizações de trabalho, porém, evidencia-se que a mesma sofre exclusão uma vez que é vítima de discriminações e preconceitos, tendo esta que se submeter a cargos e salários inferiores aos homens, independente das suas competências.

**Palavras-Chave:** Globalização, exclusão social, papel da mulher, mercado de trabalho.

## Abstract

The study approaches the question of the transformations that had occurred in the world of the work in function of the globalization that, they had contributed for the increase of the social exclusion, analyzing, in special, the question of the paper of the woman in this new context of work. As objective of this study, it is had to investigate the position of social exclusion where if it finds the woman in the

market of work as well as which the difficulties for it faced. Through a exploratory study he was possible to extend the experience around problem in question, using the instruments as the bibliographical research and documentary through the data gotten for the Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Through the data of the IBGE it was possible to analyze that the economically active population and busy population present more men who women. Already the free population and population not economically active is a feminine contingent that predominates. It is observed the end of this, that even so the globalization has proportionate the free access the information and technologies, making possible economic changes, it also incorporates its process questions of social inequalities, increment of the unemployment and the flexibilization of the new ranks of work, making of this a way of discrimination between the peoples. Standing out that in the current context, of the productive reorganization, the accepted modern society the presence of the woman in the work organizations, however, is proven that the same one suffers to exclusion a time that is victim of discriminations and preconceptions, having this that if to submit the inferior positions and wages to the men, independent of its abilities.

**Keywords:** Globalization, social exclusion, functions of the woman, work market.

## 1 Introdução

A globalização e a exclusão são dois conceitos que definem realidades interligadas. O primeiro designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial e o segundo, sua conseqüência mais visível e imediata. Para entender a questão da exclusão social, é necessário que se tenha presente que esse conceito representa fenômenos multidimensionais e deve ser caracterizado por seus principais atributos. O trabalho visa ampliar os conceitos a cerca da exclusão social, dando um enfoque bastante significativo na questão do gênero e, sobretudo no papel da mulher diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Iniciando a discussão a respeito do tema “exclusão social”, pode-se dizer que este, por sua vez, envolve fatores como renda, moradia, educação, nutrição, saúde e lazer, estando presentes não apenas os fatores econômicos. O conceito pode ser entendido como um mecanismo ou um conjunto de mecanismos que fazem com que indivíduos/família independente do seu esforço ou mérito esteja limitado em relação a sua ascensão social. (REZENDE E TAFNER, 2005).

Rezende e Tafner (2005) consideram que a exclusão social está associada a mecanismos institucionais, políticos e culturais que podem impor restrições à mobilidade social, devido a fatores como posição do individuo no mercado de trabalho, escolaridade, cor, sexo e origem sócio-econômica. Entretanto, é válido lembrar que há um outro enfoque que pode ser concedido à exclusão social. Segundo os autores esse conceito pode estar associado à idéia de vulnerabilidade social, ou seja, a marginalização de determinados segmentos sociais (em geral pobre com baixa escolaridade, negros e mulheres).

A questão da vulnerabilidade ou mobilidade social a que a mulher está exposta, por sua vez, vem ressaltar que a exclusão que atinge a mulher ocorre, às vezes, simultaneamente, pelas vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça, e, assim sendo, torna-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenômeno, em vista dessa combinar com vários dos elementos da exclusão social. Desse modo, mais que qualquer outro assunto ligado ao feminino que se deseja analisar, dificilmente se poderá compreender a exclusão particular da mulher sem antes conhecer o fenômeno da exclusão e suas formas de manifestação. Diante de tal premissa serão expostas algumas informações sobre a exclusão social, que em seguida será relacionada com a questão do feminino.

Portanto, tem-se como objetivo desse estudo investigar a posição de exclusão social em que se encontra a mulher no mercado de trabalho bem como quais as dificuldades por ela enfrentadas, esteja esse conceito relacionado à questão de mobilidade quanto de vulnerabilidade social.

A seguir, discorrer-se-á sobre as transformações no mundo do trabalho, a globalização e as dimensões da exclusão social, a mobilidade e vulnerabilidade da mulher no contexto da exclusão social, assim como, os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, a discussão e análise dos resultados e, as considerações finais acerca desse estudo.

## 2 Transformações no mundo do trabalho

A análise das mudanças no mundo do trabalho deve considerar a segmentação como um marco histórico na constituição do mercado de trabalho. Assim, as conseqüências da reestruturação produtiva sobrepõem-se a um processo de desenvolvimento econômico que ocorreu com a exclusão de parcela substantiva de trabalhadores. O processo de reestruturação produtiva não somente amplia a exclusão de grupos de trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho, mas acentua de maneira perversa a exclusão das mulheres.

Resgatando o advento do capitalismo a partir do século XVI, parte-se de uma sociedade que eliminava as formas de servidão existentes no feudalismo. Nesta nova sociedade, começava a emergir um tipo de homem que valorizava a si mesmo e não era valorizado devido a sua posição social, mas por ter adquirido determinado poder econômico, começa também a conquistar poder político e prestígio social (burguês), reconhecendo o trabalho como uma unidade do corpo (natureza) e do espírito (vontade livre).

Aquele novo modo de produção que surgia, passava a ser constituído por homens considerados 'livres', onde alguns conseguiam atingir o status de proprietários privados dos meios de trabalho, enquanto outros, denominados trabalhadores livres passariam a vender sua força de trabalho de modo a manter sua subsistência e a de sua família. Estes últimos, despojados então das condições de servidão predominantes no feudalismo, passavam então a ser excluídos dos meios de trabalhar (CHAUI, 1994).

Conforme Marx (apud CHAUI, 1994, p.14), estes eram considerados:

Trabalhadores livres num duplo sentido, pois já não aparecem diretamente como meios de produção, como o eram o escravo e o servo, e também já não possuem seus próprios meios de produção, como o lavrador que trabalha na sua própria terra; livres e donos de si mesmos (...). O regime do capital pressupõe a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho (...). Portanto, o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho, processo que, por um lado, converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto, por outro lado converte os produtores diretos em assalariados.

O trabalho, nestas condições, caracteriza-se então enquanto uma das expressões privilegiadas do homem "livre" percebido como um ser natural, cuja atividade passa a subordinar o seu corpo para a obtenção de determinado fim. Com o avanço do desenvolvimento da maquinaria também adquiriu o sentido de relação entre a máquina corporal e a máquina sem vida. Assim, o lado livre do trabalho ficou encarregado ao burguês sendo este quem determina a finalidade de todo o processo (CHAUI, 1994).

Este novo modo de produção, para Chauí (1994), que vinha surgindo trazia algo intrínseco à sua existência. Ou seja, o capital não tem como se reproduzir e se acumular sem a exploração do trabalho e do trabalhador, expressando a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Desta forma, encontrava-se em seu cerne a contradição enquanto categoria intrínseca a este modo de produção.

Neste sentido, considera-se que a história não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como homens em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural. (CHAUI, 1994).

Ao desenvolver as significativas transformações em suas bases produtivas e em suas relações de produção (esta últimas definidas no sentido estrito das relações de produção do processo de trabalho, enquanto entendidas como o conjunto de relações sociais), à medida que o capitalismo evolui, intensificam-se as contradições a ele inerentes (pode-se tomar como exemplo as transformações que se evidenciam entre forças produtivas e relações de produção).

Estas mudanças, que afetam todo o espectro das relações sociais bem como o quadro institucional da sociedade em que se produzem, lançam bases para distintas possibilidades de reorganização social, podendo também levar a transformações mais profundas assim como à origem de um novo modo de produção. Tais possibilidades, enquanto o vir a ser, poderão ser determinadas através do jogo de forças das pressões expressas na realidade, a partir da luta de classes como influência para a construção de uma nova história (HELOANI, 2003).

Conforme Dias (1998), desde seu início, o capitalismo teve que, permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, não apenas em relação aos instrumentos de produção, mas também no que diz respeito ao conhecimento e à identidade; expropriando-os na sua própria condição de existência enquanto classe, confirmando assim que a história do sistema capitalista é a história da “reestruturação produtiva” (DIAS, 1998, p.46).

Diversos estudos têm apontado que as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho são oriundas das profundas transformações na estrutura produtiva do capitalismo, em sua materialidade, bem como em seu campo mais subjetivo, político e ideológico. A crise predominante fez com que o capital impusesse um largo processo de reestruturação em busca da recuperação de seu ciclo de reprodução, afetando fortemente o mundo do trabalho. Esta acentuação da lógica destrutiva, segundo Antunes (1998), pode ser reconhecida sob dois aspectos fundamentais:

1. O padrão produtivo Taylorista e Fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas, flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou Toyotismo são exemplos; e
2. O modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado Estado de Bem-Estar Social, em vários países centrais, vem também sendo encoberto pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

Neste sentido, buscando fazer frente à crise que se abateu nas últimas décadas do século o capitalismo articula esta dupla solução: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo; ambas constituindo uma mesma processualidade. Assim,

O capitalismo, “superados” os principais obstáculos à sua continuidade, entre eles o desmonte objetivo dos estados “socialistas”, coloca em questão o chamado bem estar social. Os capitalistas, “liberam-se” de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. Para tal, levaram a extremos as idéias de liberdade do mercado. Têm ainda uma vantagem adicional: os movimentos partidários, sindical e popular que se reivindicam dos trabalhadores estão, também eles, em uma brutal crise (DIAS, 1998, p.49).

As formas acentuadas de reação em busca de superação da crise, citadas por Antunes (1998), por outro lado, desencadearam como conseqüências duas graves manifestações: a maior e mais intensa destruição e precarização da força humana que trabalha e ainda, a crescente degradação na relação entre o homem e a natureza, subproduto de uma lógica de funcionamento social que prioriza a produção de mercadorias à vida humana destruindo o meio ambiente.

Segundo Heloani (2003), o padrão de produção vigente Taylorista/Fordista que se impôs durante o século XX com o aperfeiçoamento do processo industrial, constituía-se com base na produção em massa, tendo unidades produtivas concentradas e verticalizadas, o controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa e com um grande controle fabril. Este padrão, no intuito de aumentar as taxas de lucro em seu processo de produção, veio

incorporando, a partir da segunda metade do século em que surgiu, uma nova modalidade de gestão fabril, deixando então de ser o único modelo dominante no processo de produção industrial.

Conforme Dias,

A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital, de forma ainda mais completa praticada o início do século XX. O fordismo, como conjunto de medidas de contratendência, incorporou uma nova modalidade de gestão fabril. O taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas. À quebra dos sindicatos forçada pela coerção, pelos métodos policiais, se acrescentou à imposição de uma nova subjetividade (DIAS, 1998, p.47).

Surgia, então, um novo modelo que de acordo com Antunes (1996 e 1998), foi denominado Toyotismo. Suas principais configurações caracterizam-se pela produção flexível, a existência de grupos ou equipes de trabalho que se utilizam crescentemente da microeletrônica e da produção bastante heterogênea, mantém os estoques reduzidos, havendo um grande processo de terceirização e precarização do trabalho.

Ainda, acerca destas transformações ocorridas destaca-se que:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 1998, p.19).

Em relação a este contexto colocado para o final deste século, podemos então observar suas implicações sobre o mundo do trabalho, gerando mudanças específicas no processo de trabalho. “A revolução tecnológica da última geração tem florescido, sobretudo nas instituições menos presas a formas centralizadas de controle. Esse crescimento certamente tem um preço alto: desigualdades econômicas cada vez maiores e instabilidade social”(SENNET, p. 12, 2006).

As inovações impostas pelo toyotismo, contrapondo-se ao taylorismo/fordismo, podem ser elencadas da seguinte forma: sua produção passa a ser muito vinculada à demanda dos produtos; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; e tem como princípio o “*just in time*”, buscando atingir o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funcionando segundo o sistema “kanban”, que é formado por placas ou senhas de comando que permitem a reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Se na fábrica fordista aproximadamente 75% de um dado produto era produzido em seu interior, agora somente cerca de 25% é internamente produzido, horizontalizando o processo produtivo e transferindo a terceiros grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (HELOANI, 2003).

Ainda, a qualidade total no processo produtivo passa a ter um importante papel controlador. O Controle de Qualidade Total (CQT) difere dos controles de qualidades tradicionais, pois este agora tem caráter sistêmico e requer a mobilização e envolvimento de todos. Este modelo, apesar de dizer-se interessado na qualidade do produto ou serviço buscando a satisfação do cliente; seu alvo essencial é o controle do processo de trabalho através de formas requintadas de incorporação do saber dos trabalhadores, dadas pelo envolvimento incitado, cooptado e manipulatório de sua participação na gerência dos processos (FIDALGO, 1994, p. 07).

Assim, pode-se observar que a nova forma flexibilizada de acumulação capitalista teve conseqüências enormes no mundo do trabalho e, em especial, ao que diz respeito à classe trabalhadora, dentre as quais levantamos aquelas apontadas por Antunes:

a) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; b) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuados; c) há exclusão dos jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho dos países centrais (...); d) há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países asiáticos, latino-americanos, etc.; e e) há uma expansão do que Marx (1978) chamou de trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho. (ANTUNES, 1998, p.24)

Deste modo, evidencia-se uma fragmentação da classe trabalhadora, bem como uma maior complexidade e heterogeneização da mesma. Por um lado, em menor escala, criou-se o trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional, com capacidade para operar máquinas mais sofisticadas, exercitando com maior intensidade sua dimensão intelectual. E por outro lado, origina-se uma massa de trabalhadores desqualificados, precarizados que hoje está se submetendo aos empregos temporários, parciais (“*part time*”), ou, ainda, vivenciando o desemprego estrutural.

De acordo com essa nova realidade, Sennet (2006) aponta que para o ser humano conseguir prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, torna-se necessário enfrentar três desafios:

- 1º Diz respeito ao tempo: Como cuidar de relações de curto prazo, e de si mesmo, e ao mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro.

- 2º Diz respeito ao talento: Como desenvolver novas capacitações, como descobrir capacidades potenciais à medida que vão mudando as exigências da realidade.

- 3º Abrir mão, permitir que o passado fique para trás.

Portanto, nota-se que um dos grandes problemas é que o trabalho não deveria ser visto apenas como um resultado, mas como um processo, pondo fim a enorme subestimação de si mesmos, à excessiva exigência e à auto-exploração de seres humanos que se vêem excluídos do processo produtivo (MAIR, 2005). As transformações que ocorreram no mundo do trabalho trazem conseqüências extremamente graves à sociedade como um todo. O conceito de empregabilidade começa a ser difundido e a responsabilidade por estar ou não empregado passa a ser do indivíduo, o que acaba acarretando um sofrimento extremo ao sujeito em questão. Ou seja, estar incluído em um trabalho forma passa a ser uma questão de desempenho individual e não mais econômico ou social.

### **3 A Globalização e as Dimensões da Exclusão Social**

Vive-se neste fim de século um processo característico do regime capitalista chamado globalização, que é mais uma tentativa de "unificar o mundo e não unir". Esse processo é baseado num sistema hierárquico construído com o intuito de dominar através da homogeneização da cultura, do sistema político, da dependência financeira, da tecnologia, ou seja, do pensamento único.

O cenário mundial, apresenta-se como um universo múltiplo e complexo, caracterizado por uma crescente internacionalização da produção, do mercado, da cultura e do trabalho. A globalização se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial. Também designa o fenômeno do intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, atualmente intensificado

pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação.

Os “incluídos” no mundo globalizado são aqueles que conseguem incorporar atitudes, valores e novos padrões de comportamentos mais adequados ao usufruto das oportunidades que as sociedades capitalistas oferecem a todos os seus cidadãos. As variáveis psicossociais novamente são consideradas as determinantes fundamentais da inclusão social, sendo a educação, a principal delas. Segundo Santos (2001, p.171) “a internet transforma-se numa palavra mágica com força persuasiva: todos devem integrar-se à rede mundial para participar da era global”.

Partindo da discussão a cerca do tema de exclusão social, identifica-se que o mesmo origina-se na França, obtendo maior visibilidade durante os anos 70 do século XX quando René Lenoir, inspirado no pensamento liberal, formula o conceito de *Exclusão Social* (Les Exclus, 1974) com o qual passa a tratar de questões como a mendicância, a indigência etc. Como assiná-la Mariangela B. Wanderley (1999, p.16), o mérito da obra de Lenoir foi o de “(...) suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social”.

A abrangência da exclusão social, no âmbito internacional, tem tomado enormes proporções, o que a torna algo disfuncional ao sistema. No discurso das classes dominantes, os próprios indivíduos são culpabilizados pela sua exclusão do sistema, e as sociedades periféricas são consideradas as principais responsáveis pela sua situação de atraso. É importante salientar que uma consequência transforma-se em causa, encobrendo as reais determinações estruturais da crescente situação de exclusão social: as contradições da acumulação capitalista (SANTOS, 2001).

A crise do sistema capitalista se aprofunda, e isso pode ser observado através de diversos indicadores: estagnação econômica, instabilidade dos mercados financeiros, intensa especulação, descontrole monetário, recessão e aumento constante das taxas de desemprego. Portanto, ao interligar os conceitos de globalizar e excluir torna-se evidente que o primeiro oculta o segundo:

A noção de globalidade remete a um conjunto, integralidade, totalidade. A palavra global carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto, inteiro, total. Sugere, portanto, integração. Desse modo, ou por esse meio, o uso do termo global supõe ou leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral, integrado, isto é, não apresenta quebras, fraturas, ou hiatos. Globalizar, portanto, sugere o oposto de dividir, marginalizar, expulsar, excluir. O simples emprego de globalizar referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou causalidade, mas como regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a. Consciente e deliberadamente, ou não, a utilização da palavra nestas condições tem exatamente tal eficácia (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 106).

As relações de exploração se constituem no fator explicativo fundamental das desigualdades de classe e, para compreender a origem da assimetria entre países pobres e países ricos, países centrais e periféricos, deve-se analisar os interesses de classe que se estabelecem em nível internacional e local. É importante compreender que a exclusão é produto de relações de classe e não de nações. A burguesia internacionalizada dos diversos países estabelece alianças que possibilitam a reprodução da dominação, enquanto, os marginalizados do sistema, que existem tanto nos países centrais quanto nos periféricos, enfrentam graves problemas decorrentes da sua crescente exclusão (SANTOS, 2001).

Dupas (1999) acredita que existem três paradigmas acerca da exclusão social, associados a distintas filosofias políticas: 1) O Paradigma da Solidariedade; 2) o Paradigma da Especialização e, por fim, 3) o Paradigma do Monopólio. No primeiro paradigma, a solidariedade está associada à filosofia republicana. Desta perspectiva, a exclusão social resulta do rompimento da relação indivíduo X sociedade. Para que essa situação seja superada, é necessária a mediação e a intervenção do Estado. Cabe a este o dever de atuar com vistas a garantir a inclusão dos indivíduos postos à margem das relações sociais. O segundo paradigma, baseado na especialização das atividades humanas, é associado ao pensamento liberal. Nesta ótica, a exclusão social está vinculada às questões de discriminação. A

participação do Estado resume-se a possibilitar aos sujeitos que estão em situação de exclusão moverem-se nas diversas categorias sociais existentes na sociedade. Por fim, pode-se observar que, baseado na filosofia política de cunho social-democrata, surge um terceiro paradigma, ou seja, do monopólio. Nesta proposição paradigmática, a exclusão social explica-se pela formação de monopólios de grupos sociais. A exclusão social é decorrente da concentração de espaços de poder por poucos grupos, cabendo ao Estado coibir tais monopólios.

Um dos efeitos da globalização é o contínuo e progressivo abalo das estruturas nacionais, que limita o âmbito de ação dos Estados Nacionais, portanto, limita o seu poder de impor políticas; tornando o Estado um mero coadjuvante e executor de políticas impostas por instituições financeiras internacionais. Esse novo regime de acumulação, galgado no sistema financeiro, permite ao capital explorar as vantagens do novo "laissez-faire", o capital tem administrado a crise por meio de concentração de renda, aprofundando o abismo entre ricos e pobres, aumentando o número de excluídos (DUPAS, 1999).

Portanto, o que está implícito nas atitudes globalizantes é a dominação, a competição, a descaracterização das culturas locais, o mercado como soberano, a desvalorização do ser humano, a criação de novos paradigmas que justificam a realidade contemporânea da exclusão social. Essas características configuram a sociedade universal, realizando o deslocamento das pessoas e idéias, provocando uma desterritorialização generalizada.

#### **4 A Mobilidade e Vulnerabilidade da Mulher no Contexto da Exclusão Social**

A partir de um panorama geral da situação da mulher no mercado de trabalho, é possível começar a discutir sobre a questão da mobilidade e da vulnerabilidade a que a mulher está exposta no contexto da globalização e da exclusão social. Para isso, foram extraídos alguns dados de uma pesquisa da Revista Observatório Social (2004), conduzida pelo IBOPE entre julho e setembro de 2003 referente ao Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil, realizada pelo Instituto Ethos em parceria com a organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Através desse estudo observou-se que:

- a) No Brasil, de cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas um é ocupado por mulheres;
- b) No nível de gerência, dois cargos são das mulheres e oito dos homens;
- c) Nas chefias, as mulheres são três e os homens, sete;
- d) As mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos: 3,5 contra 6,5.

Para a análise do papel da mulher no mundo do trabalho, diante das transformações ocorridas, torna-se necessário contextualizar os movimentos sociais vivenciados por estas e suas conseqüências perante um novo paradigma que se instala na sociedade moderna.

Na década de 1970, intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização. Prosseguiu na década de 1980, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho.

Importa lembrar que esse pensamento acerca da mulher e do feminino, tornou-se hegemônico num mundo patriarcal, vindo a ser contestado de forma mais contundente somente na contemporaneidade com o advento do movimento feminista. Também é a partir da crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea e que dá evidência à pobreza, que a exclusão social toma visibilidade e substância. Observa-se que a partir de 1980, os efeitos da crise econômica que atinge aos

chamados países emergentes despontam, gerando desemprego prolongado e, parafraseando Castel (1998), os desafiados do mercado passam a ser denominados de socialmente excluídos.

Outro fator importante de se relatar e contextualizar é que o movimento feminista teve suas origens em vários acontecimentos: na revolução norte-americana, quando John Stuart Mill reivindicava para as mulheres as promessas da Declaração da Independência; na Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã redigida por Olímpia de Gouges em 1791 e “A Reivindicação dos Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft de 1792. Abriu-se espaço público às mulheres no qual puderam manifestar-se, ainda que o discurso e as práticas feministas se permanecessem calados durante um longo tempo (STREY, 1998).

Para Strey (1998), o feminismo levou ao acontecimento de mudanças conceituais importantes no século XIX (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução, dentre outros) e a presença das mulheres na cena política. Durante o século XIX produziram-se constantes reformulações e conquistas femininas que foram se constituindo nas condutas individuais e coletivas, na legislação, na arte e no pensamento.

Várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanharam esse aumento de participação. Uma delas diz respeito ao perfil etário, ao estado civil e à escolaridade. Na década de 1970, as trabalhadoras eram na sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Na década de 1980, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1996; JATOBÁ, 1994; SEDLACEK E SANTOS, 1991; LEONE, 2000). O aumento da participação da mulher cônjuge reflete, de um lado, o fato de algumas delas, com mais de 25 anos, terem começado a trabalhar por remuneração e, de outro, a permanência no trabalho remunerado daquelas que começaram a trabalhar jovens e não se afastaram da atividade econômica com a idade e a mudança no estado civil (WAJNMAN E RIOS-NETO, 2000).

As mulheres ingressaram no mercado de trabalho remunerado em enorme quantidade desde o início da década de 1990 e tiveram ganhos importantes no local de trabalho. Todavia, em nenhuma parte a igualdade de gênero foi alcançada: em todos os lugares as mulheres ganham menos que os homens, mesmo quando elas são tão qualificadas ou até mesmo mais qualificadas do que eles; as mulheres estão sub-representadas nos empregos de alta remuneração e excessivamente representadas em trabalhos de baixa remuneração; as mulheres são as primeiras a serem demitidas e são mais prováveis no trabalho informal do que os homens (WAJNMAN E RIOS-NETO, 2000).

A inserção feminina no universo do trabalho remunerado ocorreu graças à necessidade do capital de ampliar o seu consumo. Tal inscrição neste espaço também se deu em bases desiguais, pois ela ingressa no mercado na condição de força de trabalho estigmatizada pelo fato de ser mulher e, por conseguinte, naturalmente incapaz. Se antes ela era submetida a relações desumanas na esfera privada, agora também o é na esfera pública. Assim, como observam Saffioti (1987) e Bruschini e Rosemberg (1982), a atuação da mulher no mercado de trabalho ainda se dá em condições visivelmente desiguais e excludentes.

No entanto, é importante lembrar que, o fato de a mulher ter sido incluída no mundo do trabalho, não fez com que deixasse de ser alvo dos preconceitos masculinos, visto que o discurso da inferioridade encontra-se internalizado pelos homens (e mulheres), favorecendo a reprodução das condições e da dominação masculina em si, ao invés de garantir a superação desta realidade. Portanto, ainda que a mulher esteja atuando de modo efetivo neste espaço dito masculino, ela continua sem obter o acolhimento de seus pares, sem conseguir alcançar o status de companheira (PATEMAN, 1993). Em outras palavras, sua inserção nos espaços do público e do privado não a liberou da duplicação de papéis, visto que ainda que ela esteja inserindo-se no espaço público mediante o trabalho extra-lar, o homem ainda considera as atividades do lar como ‘coisas de mulher’ e exime-se de compartilhá-las com ela, mantendo, assim, a iniquidade nas relações de gênero tanto na esfera privada quanto na pública.

A eliminação da discriminação e a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho é um dos objetivos centrais do programa de trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A OIT promove e monitora a implementação de padrões de trabalho relacionados à igualdade de gênero; fornece conselho técnico para os governos para assegurar que os sistemas estatísticos nacionais computem o trabalho que as mulheres fazem e que as reformas às leis trabalhistas e aos sistemas de relações industriais não ampliem as desigualdades de gênero; ajuda as organizações de trabalhadores e de empregadores a fazerem suas estruturas mais equilibradas em termos de gênero e ajuda os sindicatos a alcançar os trabalhadores desorganizados, dos quais a maioria é de mulheres.

A OIT reforçou seu trabalho para a igualdade de gênero, inclusive em suas próprias estruturas, em 1999, com a adoção do plano de ação do Diretor-Geral acerca da dominação de gênero. O plano de ação identifica os passos requeridos para assegurar que a OIT encaminhe a igualdade de gênero em todo o seu trabalho e seus programas. De outubro de 2001 a abril de 2002 a Organização levou a cabo a primeira Auditoria de Gênero no sistema da ONU, que revisou a implementação da política. O DRH (Departamento de Recursos Humanos) colocou em movimento várias estratégias para assegurar um maior equilíbrio de sexos entre o pessoal, especialmente nos níveis mais altos. Houve um crescimento constante, embora lento, no número e na proporção de mulheres em todos os níveis e algumas medidas “tímidas” de reconciliação entre trabalho/família foram adotadas.

Segundo Bruschini (1998) a inserção ocupacional das mulheres, é mais marcada por continuidades do que por mudanças. As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico.

O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso a creche, entre outros. (LEONE, 2003).

Vale lembrar que, a exclusão social da mulher é secular e diferenciada, baseada na visão bipolar do sexo, sendo que a reprodução da exclusão social feminina se estabelece mediante a força secular do patriarcado, que, no dizer de Heleieth Saffioti (1987), é o mais antigo sistema de dominação e exploração. Segundo a autora,

(...) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (...) Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 50-51).

Observa-se, portanto, que as relações entre homens e mulheres ao longo do tempo mantêm um caráter excludente, visto por esse lado da bipolarização. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Assim sendo, se atribui à mulher a condição de inferior; restringindo-se a sua ação à vida privada, a casa, à cozinha, à Igreja e à escola (dos filhos). Ainda que se proclame a mudança nas relações entre homens e mulheres, ela ainda é inexpressiva, pois, percebe-se que a maioria dos formadores de opinião continua a reproduzir e perpetrar a doutrina da submissão feminina à superioridade masculina. Como pode-se notar, esses limites da ação feminina, imputados à mulher reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade. Reverter esse quadro tem tomado longo tempo das feministas, as quais se empenham em elaborar conceitos de equidade entre os sexos e, assim, propiciar à mulher um ambiente menos propenso à exclusão.

Percebe-se que a exclusão da mulher não encontra explicação nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, em diversos sistemas de dominação-exploração que Saffioti (1987) identificou como sendo o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Tais sistemas

encontram-se fundidos de modo simbiótico e não pacífico, sendo, devido à contradição que marca esta simbiose,

(...) impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação (...) pelas discriminações diariamente praticadas contra mulheres. (...) Se o patriarcado e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos. (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

A hierarquia de gênero descreve uma situação na qual o poder e o controle social sobre o trabalho, os recursos e os produtos são associados à masculinidade (GAILEY, 1987). O patriarcado é uma forma de hierarquia em que os homens detêm o poder e as mulheres são subordinadas. Numa sociedade patriarcal, a autoridade social efetiva sobre as mulheres é exercida através dos papéis de pai e de marido.

Até recentemente o patriarcado era a forma predominante na hierarquia de gênero na civilização ocidental (LERNER, 1990). O poder social agora é identificado com atributos considerados masculinos. Pessoas do sexo masculino ou feminino podem desempenhar papéis, através dos quais o poder pode ser exercitado, mas eles permanecem como papéis masculinos (STREY, 1998). “Em virtude de serem simbolicamente masculinos, a discriminação contra as mulheres geradas por esses papéis recebe reforço ideológico” (STREY, 1998, p. 185).

Para que se possa lograr uma mudança social na qual a diferença, a diversidade e igualdade entre gêneros seja real, se faz necessário que verdadeiras políticas de equidade sejam implementadas. Como aponta Tomaz Tadeu da Silva (1999), a diferença e a diversidade são ponto de partida para a construção da identidade. Assumir que estas questões estão no domínio da cultura e não devem ser encaradas como naturais possibilitará superar as contradições oriundas de uma percepção dicotomizada, maniqueísta e despolitizada acerca do fenômeno da identidade. Somente quando se perceber que este constructo social encontra-se marcado por questões de ordem subjetiva e política, pela diversidade cultural e pela diferença, é que a sociedade será capaz de apontar identidades, visto que a diferença constitui a face da identidade e ambas se constroem na relação entre o indivíduo e os demais.

## **5 Procedimentos Metodológicos**

O método utilizado para a realização da pesquisa foi um estudo exploratório, pois o mesmo contribuiu para desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisadas para estudos futuros (GIL, 1999).

De acordo com Triviños (1987), os estudos exploratórios possibilitam ao pesquisador ampliar sua experiência em torno de determinado problema. A partir disso, o investigador planeja um estudo exploratório a fim de encontrar elementos necessários que auxiliem na obtenção dos resultados, além de servir para levantar futuros problemas de pesquisa.

Como instrumentos utilizados para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuíram para a análise dos dados atuais sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

Para Forster (1994) os documentos têm um valor em si mesmo, pois representam sistemas e estruturas de uma dada organização. Sua análise permite o entendimento de situações de contrastes com outros métodos e possibilidades de obter distanciamento da realidade pesquisada utilizando-se de conceitos externos.

## 6 Discussão e Análise dos Resultados

Os dados apresentados a seguir foram extraídos de publicações nacionais provenientes do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Torna-se relevante salientar que esse órgão de pesquisa desenvolve levantamentos mensais sobre a questão do emprego no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido por sua sigla IBGE, é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de *Instituto Nacional de Estatística*; seu fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938. A sede do IBGE, está localizada no Rio de Janeiro/RJ.

Este instituto tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais Federal, Estadual e Municipal, e para outras instituições e o público em geral. Este órgão é ainda responsável por conceder uma visão de conjunto da economia e descrever os fenômenos da vida econômica: produção, consumo, acumulação e riqueza, fornecendo uma representação compreensível e simplificada destes dados. O Sistema de Contas Nacionais do IBGE segue as mais recentes recomendações das Nações Unidas expressas no Manual de Contas Nacionais - System of National Accounts 1993 - SNA, incluindo o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e a Matriz de Insumo-Produto.

Os dados referentes a este estudo foram retirados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME) encontrados na página de acesso virtual desse órgão. Pode-se dizer que a PME produz indicadores do mercado de trabalho sobre a condição de atividade da população residente de 10 anos ou mais de idade, ocupação e desocupação das pessoas economicamente ativas, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada das pessoas ocupadas e a taxa de desocupação, acompanhando a dinâmica conjuntural da ocupação e desocupação, tendo como unidade de coleta os domicílios.

A pesquisa foi iniciada em 1980, sendo submetida a uma revisão completa em 1982 e duas parciais de vulto em 1988 e 1993, onde foram realizados ajustamentos restritos somente ao plano de amostragem. Em 2001, passou por um processo de revisão metodológica objetivando atualizar sua cobertura temática e se adequar às recomendações internacionais mais recentes. As principais alterações metodológicas referem-se à abrangência geográfica, população em idade ativa, conceitos segundo recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, instrumentos de coleta e expansão da amostra. Sua periodicidade é mensal e abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, todas capitais brasileiras.

### 6.1 População Economicamente Ativa – PEA

A População Economicamente Ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho.

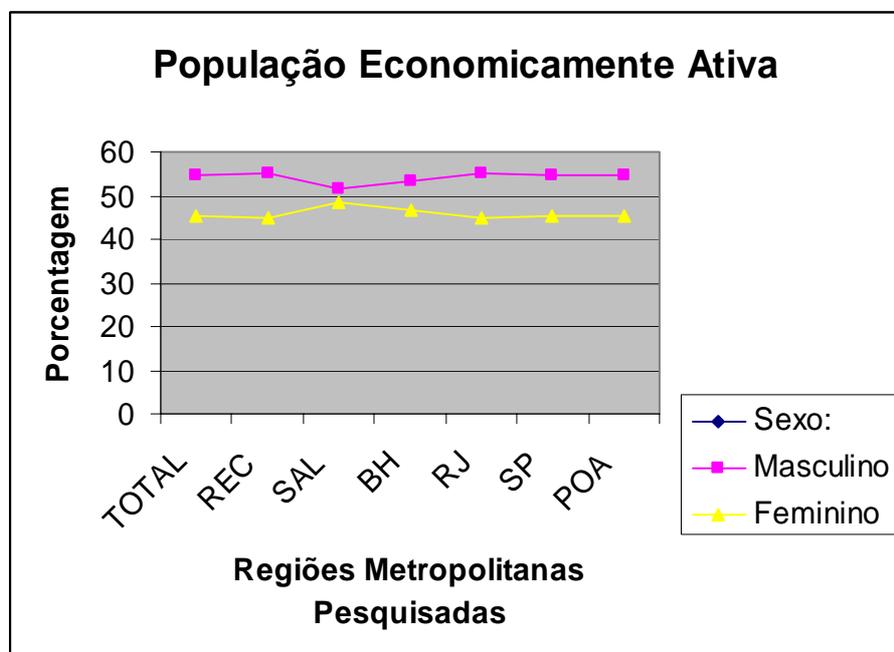
#### **Indicadores de distribuição da População Economicamente Ativa - PEA, por região metropolitana, segundo algumas características**

População Economicamente Ativa (%)	TO-TAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
<b>Sexo:</b>							
Masculino	54,5	55,3	51,5	53,2	55,2	54,8	54,5
Feminino	45,5	44,7	48,5	46,8	44,8	45,2	45,5

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

A partir da tabela acima, é possível identificar que o total de mulheres economicamente ativa no mercado de trabalho é inferior em todas as regiões pesquisada. O total de mulheres consideradas como sendo da PEA, corresponde a 45,5%, já o percentual dos homens a 54,5%. Em Porto alegre, por exemplo, esse percentual se confirma como sendo o mesmo (45,5% para mulheres e 54,5% para homens). A região metropolitana que apresenta menor diferença, dentre as pesquisadas, é Salvador, onde 48,5% são mulheres e 51,5% homens.

O gráfico abaixo vem corroborar de forma mais elucidativa a idéia acima:



## 6.2 Pessoas Ocupadas –PO

As pessoas ocupadas são classificadas em:

a) **Empregados** - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos.

Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

b) **Conta Própria** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

c) **Empregadores** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

d) **Não Remunerados** - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

**Indicadores de distribuição da População Ocupada - PO, por região metropolitana, segundo algumas características.**

População Ocupada (%)	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
<b>Sexo:</b>							
Masculino	55,6	56,9	53,5	54,3	56,4	55,8	55,4
Feminino	44,4	43,1	46,5	45,7	43,6	44,2	44,6

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Em relação a população ocupada, nota-se que a maior parte corresponde ao sexo masculino (55,6%) e 44,4% ao sexo feminino. Fato comprovado por todas as áreas metropolitanas pesquisadas, como por exemplo, o contingente de mulheres e homens ocupados, respectivamente em relação a Recife é de 56,9% e 43,1%; em Salvador 53,5% e 46,5%; Belo Horizonte 54,3% e 45,7%; Rio de Janeiro 56,4% e 43,6%; São Paulo 55,8% e 44,2%; e em Porto alegre 55,4% e 44,6%.

### 6.3 Pessoas Desocupadas- PD

A População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

**Indicadores de distribuição da População Desocupada - PD, por região metropolitana, segundo algumas características.**

População Desocupada (%)	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
<b>Sexo:</b>							
Masculino	44,0	45,4	38,9	42,3	40,7	46,3	45,0
Feminino	56,0	54,6	61,1	57,7	59,3	53,7	55,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Destaca-se que entre os desocupados, segundo os conceitos da pesquisa, de acordo com o sexo, temos que 56,0% eram mulheres e 44% homens, fato que também se repetiu em relação as capitais pesquisadas.

O quadro a seguir mostra a evolução da Taxa de Desocupação por região metropolitana, segundo o sexo.

Taxa de Desocupação por Região Metropolitana, segundo o sexo (%)							
Mês/Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre

	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
jan/04	9,5	14,3	11,3	14,8	13,0	20,0	10,5	14,5	6,3	12,2	11,0	15,3	5,9	9,8
fev/04	9,3	15,3	11,1	14,9	13,3	21,4	10,4	13,8	6,1	12,0	10,5	17,4	6,6	10,9
mar/04	10,1	16,1	10,3	15,6	14,2	20,3	9,8	14,8	7,1	13,4	11,7	18,1	8,1	11,6
abr/04	10,4	16,3	12,1	17,1	13,6	20,1	9,5	13,6	7,7	14,4	11,8	17,8	9,0	13,0
mai/04	9,7	15,3	11,0	16,2	12,7	20,3	9,7	12,4	7,3	12,6	10,8	17,0	7,7	12,3
jun/04	9,4	14,6	11,5	14,4	11,7	18,6	9,1	12,2	6,8	11,7	10,7	16,5	7,3	12,3
jul/04	9,0	13,9	12,0	15,2	11,6	18,7	9,3	12,4	5,9	11,0	10,3	15,2	7,1	11,3
ago/04	9,1	14,2	12,0	15,4	13,4	20,1	8,7	12,0	5,8	12,2	10,3	15,4	7,1	10,2
set/04	8,8	13,4	11,0	14,2	12,4	19,0	8,7	12,0	6,1	12,2	9,9	13,9	6,9	10,7
out/04	<b>8,1</b>	<b>13,4</b>	<b>10,0</b>	<b>14,6</b>	<b>12,4</b>	<b>19,5</b>	<b>8,1</b>	<b>11,5</b>	<b>5,7</b>	<b>11,9</b>	<b>8,9</b>	<b>14,1</b>	<b>6,1</b>	<b>9,5</b>
nov/04	8,1	13,7	9,7	13,2	12,2	20,0	7,3	11,5	6,6	12,9	8,6	14,5	6,1	9,8
dez/04	7,5	12,1	8,8	14,0	12,1	19,1	7,2	10,0	5,9	11,8	8,0	12,1	5,3	8,2
jan/05	7,9	12,9	10,2	14,8	12,6	19,4	8,3	11,7	5,0	10,4	8,8	14,0	5,8	8,4
fev/05	8,2	13,6	11,7	15,2	13,1	18,5	8,2	11,8	5,3	12,2	9,0	14,6	5,3	9,3
mar/05	8,5	13,7	11,7	17,1	12,6	19,2	8,6	13,2	5,8	11,6	9,2	14,2	6,0	10,3
abr/05	8,4	13,7	10,7	16,0	14,0	20,3	7,4	11,8	5,9	12,0	9,1	14,2	6,2	10,3
mai/05	8,0	12,8	10,5	15,7	13,0	19,3	7,4	10,5	6,2	11,4	8,3	13,1	5,8	10,0
jun/05	7,3	11,9	8,0	11,6	11,4	18,5	7,2	10,1	5,2	8,9	8,1	13,4	5,6	8,9
jul/05	7,4	11,9	11,1	14,6	12,5	19,2	7,5	9,1	5,1	9,8	7,6	12,6	5,7	8,5
ago/05	7,7	11,5	11,9	15,3	12,2	19,1	7,5	9,2	5,2	10,2	7,8	11,5	6,8	8,5
set/05	7,7	12,0	12,7	17,8	11,8	18,9	6,3	10,3	5,3	10,1	8,0	11,7	6,8	10,4
out/05	<b>7,6</b>	<b>12,0</b>	<b>12,5</b>	<b>16,5</b>	<b>11,4</b>	<b>18,7</b>	<b>6,4</b>	<b>10,9</b>	<b>5,7</b>	<b>10,8</b>	<b>8,0</b>	<b>11,4</b>	<b>5,7</b>	<b>9,5</b>
nov/05	7,6	12,0	12,4	17,4	11,2	19,0	6,8	9,9	5,2	10,8	8,1	11,7	6,0	8,5
dez/05	6,9	10,2	11,8	16,7	11,3	18,2	5,8	8,4	5,0	9,1	7,0	9,0	5,4	8,2
jan/06	7,6	11,3	13,1	17,8	12,0	18,0	7,1	9,4	5,0	9,4	7,9	10,8	6,4	9,3
fev/06	8,2	12,4	13,0	19,4	10,8	16,5	7,3	11,2	5,9	10,5	8,9	12,5	5,7	9,7
mar/06	8,5	12,7	13,7	19,9	11,2	16,4	8,2	10,5	6,7	10,8	8,7	13,0	6,9	10,0
abr/06	8,4	12,8	14,2	19,2	11,3	15,8	7,7	10,8	6,1	11,2	8,8	13,1	6,9	9,9
mai/06	8,3	12,5	13,0	17,5	10,9	16,4	6,8	10,5	6,7	10,9	8,8	12,8	6,2	10,7
jun/06	8,6	12,6	13,3	17,9	10,8	16,3	7,4	9,9	6,8	11,3	9,1	13,1	6,6	10,1
jul/06	8,8	13,0	13,4	17,6	11,9	17,0	7,6	11,0	6,7	11,1	9,4	13,7	7,4	10,1
ago/06	8,6	13,0	12,5	18,0	11,6	17,2	6,7	11,1	6,2	10,6	9,6	13,9	7,2	9,4
set/06	7,9	12,4	11,6	16,3	10,9	16,6	6,1	9,8	5,5	10,0	8,9	13,8	7,0	8,9
Out/06	<b>7,9</b>	<b>12,1</b>	<b>11,1</b>	<b>16,5</b>	<b>10,4</b>	<b>17,3</b>	<b>6,9</b>	<b>10,7</b>	<b>5,3</b>	<b>9,6</b>	<b>8,9</b>	<b>12,5</b>	<b>7,0</b>	<b>10,2</b>

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Nota-se a partir do gráfico acima exposto que o contingente de mulheres é maior em relação à taxa de desocupação. Se for comparado a região de Porto Alegre, por exemplo nos meses de outubro de 2004, 2005 e 2006, percebe-se que a população masculina ficou em 6,1%, 5,7% e 7% respectivamente. Já a população feminina foi representada pelos percentuais de 9,5, 9,5 e 10,2.

No contexto geral a população feminina embora tenha diminuído a sua taxa de ocupação ainda é menor que a masculina. No mês de outubro de 2004, 8,1% é do sexo masculino e 13,4% do sexo feminino; no mesmo mês de 2005, o contingente foi de 7,6% de homens e 12% de mulheres; e em outubro de 2006, 7,9% eram de homens e 12,1% de mulheres.

#### 6.4 População Não Economicamente Ativa (PNEA)

A População Não Economicamente Ativa compreende o grupo de pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Para os empregados, considera-se a remuneração efetivamente recebida no mês de referência.

Assim sendo, incluem-se as parcelas referentes ao 13º, 14º, 15º salários e a participação nos lucros paga pela empresa, ou outra gratificação, no mês de referência. Para os empregadores e para as pessoas que trabalham por conta própria considera-se a retirada feita ou o ganho líquido recebido efetivamente no mês de referência.

Define-se como ganho líquido o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o negócio ou profissão (salário de empregados, despesas com matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.).

Para a pessoa que recebe, pelo seu trabalho, em produtos ou mercadorias, considera-se o valor de mercado dos produtos recebidos.

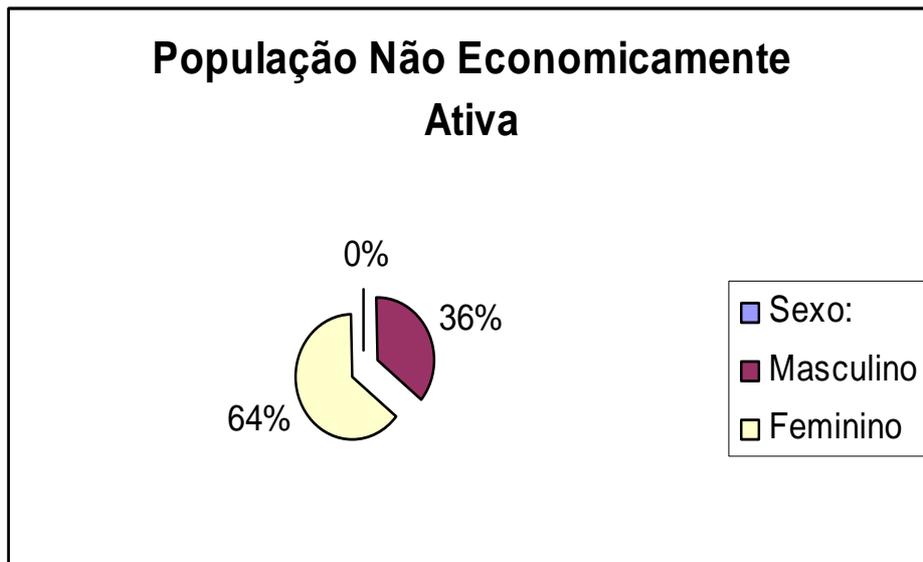
Para a pessoa que estiver licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto do benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.), efetivamente recebido no mês de referência.

#### Indicadores de distribuição da População Não Economicamente Ativa - PNEA, por região metropolitana, segundo algumas características

População Não Economicamente Ativa (%)	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
<b>Sexo:</b>							
Masculino	36,1	36,1	38,2	37,0	35,8	35,4	37,1
Feminino	63,9	63,9	61,8	63,0	64,2	64,6	62,9

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Na PNEA, 63,9% eram mulheres e 36,1% homens, enquanto que entre os economicamente ativos, conforme tabela acima e ilustração do gráfico logo abaixo:



A partir de toda a exposição é possível dizer que a população economicamente ativa e população ocupada apresentam mais homens que mulheres. Já a população desocupada e população não economicamente ativa é um contingente feminino que predomina.

Os dados apresentados corroboram o referencial apresentado nesse trabalho uma vez que observa-se a notória diferença entre os postos de trabalho ocupados por homens e mulheres no Brasil. As fontes de pesquisa evidenciam ainda que devido o histórico de discriminação do trabalho feminino, atualmente existe um predomínio dos homens em relação às mulheres em diferentes cargos e funções dentro da organização.

Embora a partir da década de 1970 tenha se intensificado a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização, nota-se que a aceitação feminina dentro deste contexto sócio-econômico é motivo de discriminação e exclusão direta e indireta.

Diante disso, apesar da intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho, incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) feminina.

Percebe-se que a inserção feminina no universo do trabalho remunerado ocorreu devido à necessidade do capital de ampliar o seu consumo. Tal inscrição neste espaço também se deu em bases desiguais, pois ela ingressa no mercado na condição de força de trabalho estigmatizada pelo fato de ser mulher e, por conseguinte, naturalmente incapaz. Se antes ela era submetida a relações desumanas na esfera privada, agora também o é na esfera pública. Assim, como observam Saffioti (1987) e Maria Cristina Bruschini e Fluvia Rosemberg (1982), a atuação da mulher no mercado de trabalho ainda ocorre em condições visivelmente desiguais e excludentes.

O fato de a mulher ter sido incluída no mundo do trabalho, não fez com que deixasse de ser alvo dos preconceitos masculinos, visto que o discurso da inferioridade encontra-se internalizado pelos homens (e mulheres), favorecendo a reprodução das condições e da dominação masculina em si, ao invés de garantir a superação desta realidade. Portanto, ainda que a mulher esteja atuando de modo efetivo neste espaço dito masculino, ela continua sem obter o acolhimento de seus pares, sem conseguir alcançar o status de companheira (PATEMAN, 1993). Torna-se relevante observar que os dados do IBGE mostram que o processo percorrido pelas mulheres para a conquista do seu espaço no mercado de trabalho é difícil desde a possibilidade de ocupação, tende essas que ao superar as barreiras impostas, ainda necessitem enfrentar o desafio de superar o preconceito e a discriminação.

## **7 Considerações Finais**

O progresso possibilita atender as necessidades básicas de todas as pessoas, mas a realidade mostra que, apesar de todas as conquistas científicas e tecnológicas, a situação da maioria da população mundial ainda é ruim, vive-se o contraste de uma sociedade desequilibrada que impõe as diferenças através das leis, do salário, do meio informacional, do consumo e do gênero levando os indivíduos a sentirem-se culpados pela situação em que se encontram, entretanto, existe a consciência de que o capitalismo sobrevive dessas diferenças criadas para cada vez mais explorar.

A tendência dominante da dinâmica social contemporânea é o aumento do desemprego que deixam de ser cíclico, assumindo forma de exclusão, criando barreiras à mobilidade e a ascensão social, ferindo diretamente a dignidade do cidadão. A implementação do sistema neoliberal agrava ainda mais essa situação de desemprego, pobreza e exclusão porque conforma um modelo de sociedade que não

tem como parâmetros a vida, a dignidade da pessoa, a solidariedade e a equidade entre homens e mulheres.

Percebe-se que tanto os homens quanto as mulheres sentem a degradação acelerada das suas condições de existência, o ressurgimento e a permanência do desemprego, a precariedade das condições primárias de existência, a destruição da proteção social, o aparecimento da fome ou, mesmo onde não há fome, as novas epidemias, a nova decadência, tanto individual quanto social, a arrogância das classes possuidoras e de uma sociedade que volta a ostentar a riqueza de uns aos olhos de todos os que não têm nada. Através da análise dos dados extraídos do IBGE foi possível realmente comprovar que a população economicamente ativa e população ocupada apresentam mais homens que mulheres. Já a população desocupada e população não economicamente ativa é um contingente feminino que predomina. Com isso, nota-se que a maior parte dos postos de trabalho desocupados referem-se ao sexo feminino.

O estudo em questão também evidenciou que embora haja conseqüências comuns entre trabalhadores e trabalhadoras, é notória a diferença imposta pela sociedade em relação ao papel das mulheres no mercado de trabalho. Muitas lutas foram traçadas ao longo do tempo, permitindo às mulheres o acesso aos postos de trabalho, diferentemente do que ocorria na época do patriarcalismo, onde era delegado à mulher o papel de cuidadora do lar, devendo esta submeter-se somente às ordens de seu marido ou pai.

A sociedade moderna aceita a presença da mulher nas organizações de trabalho, porém, através do próprio estudo realizado, evidencia-se que a mesma sofre exclusão uma vez que é vítima de discriminações e preconceitos, tendo esta que se submeter a cargos e salários inferiores aos homens, independente das suas competências. Portanto, apesar da feminização do mundo do trabalho ter permitido o difícil avanço do processo de emancipação feminina e a minimização das formas de dominação patriarcal, este movimento também, é marcado pelo agravamento significativo da precarização da mulher trabalhadora devido às novas formas de exploração pelo capital produtivo.

Portanto, a exclusão social está associada a mecanismos institucionais, políticos e culturais que podem impor restrições à mobilidade social, devido a fatores como posição do indivíduo no mercado de trabalho, escolaridade, cor, sexo e origem sócio-econômica. Nota-se que embora a globalização tenha proporcionado o livre acesso a informações e tecnologias, viabilizando mudanças econômicas, ela também incorpora ao seu processo questões de desigualdades sociais, incremento do desemprego e da flexibilização dos novos postos de trabalho, fazendo da própria empregabilidade um meio de discriminação entre os povos.

Enfatizando que diante do contexto atual da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, o aumento da inserção das mulheres continua ocorrendo, porém a questão que se mantém é de poder compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres que por certo faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, já que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital.

Cabe mencionar que a transformação da diferença entre homens e mulheres em um campo de desigualdades acontece paralelamente à instituição de valores, normas e regras, enfim, discursos e práticas conectados a atributos de ordem moral, hierarquizados e de acordo com critérios de poder, tendo a mulher que ultrapassar barreiras anteriores impostas a fim de traçar um novo caminho diante das desigualdades.

## **6 Referências Bibliográficas**

- AMARO, Rogério Roque. **A EXCLUSÃO SOCIAL HOJE**. Disponível em: [http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html). Acesso em jul de 2006.
- ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, no. 50, Ano XVII, abril de 1996.
- \_\_\_\_\_, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. 5. ed - São Paulo: Cortez, 1998.
- BRUSCHINI, Maria Cristina, e ROSEMBERG, Fulvia. (1982). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998..
- \_\_\_\_\_.; LOMBARDI, M. R. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos a década de 90**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1996.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 10.ed. São Paulo:Ática, 1994.
- DIAS, E. C. **Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes**. In: Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Maio 1998, no. 01, São Paulo: Xamã, p. 45-52.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FIDALGO, F. S. & MACHADO, L. R. de S. (Orgs.). **Controle da Qualidade Total – uma nova pedagogia do capital**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.
- FORSTER, N. The analysis of company documentation. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Quantitative Methods in Organizational Research**. Londres: Sage, 1994.
- GAILEY, C. W. Evolucionary perspectives on gender hierarchy. In: HESS B.B.&FERREE, M.M.(Eds). **Analyzing gender: a handbook of social science research**. Newbury Park: Sage, 1987.
- GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HELOANI, R. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acesso em: 10 de novembro de 2006.
- JATOBÁ, J. **Brazilian women in the metropolitan labor force, a times series study across region and households status**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, v. 3, 1994.
- LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG. Editora 34, 2000.
- LERNER, G. **La creación del patriarcado**. Barcelona : Crítica, 1990.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social**. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização Excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAIR, Judith. **Chega de oba-oba: porque desempenho e disciplina rendem mais que inteligência emocional, espírito de equipe e soft skill**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL. **A mulher no Mercado de Trabalho**. No Brasil, mulheres são discriminadas, ganham menos e perdem emprego mais facilmente. Ano 2. n. 5, 2004.
- REZENDE, Fernando e TAFNER, Paulo. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Tânia Steren dos. **Globalização e Exclusão: a dialética da mundialização do capital**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n.6, jul/dez 2001, p.170-198.

- SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991
- SOARES, S. S. D. O perfil.
- SENNET, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- STREY, Marlene Neves (et al). **Psicologia Social Contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa de Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1987
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre noção de exclusão. In Bader Burihan, Sawaia. **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. **Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina**. In: ROCHA, M. I. B. (Coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34, 2000.